

HABEAS CORPUS Nº 538.700 - PE (2019/0304112-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : A A P (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de A A P, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco no julgamento do HC n. 0000759-52.2019.8.17.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 31/7/2016, convertido em preventiva, e restou denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos art. 150, §1º, e 213, ambos do Código Penal (violação de domicílio qualificada e estupro).

Encerrada a instrução do processo, foi instaurado Incidente de Insanidade Mental do paciente, determinando seu encaminhamento ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do Estado de Pernambuco.

Em 5/4/2018, a defesa ingressou com pedido de revogação da medida de internação, com parecer favorável, para que o paciente seja submetido a medida em meio aberto. Todavia, em 15/5/2018, o Juízo de primeiro grau determinou que fosse oficiado o Município de Passira para informar a existência de entidade capaz de realizar o acompanhamento psiquiátrico do paciente, antes da análise do pedido.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. INTERNAÇÃO NO HCTP. POLÍTICA ANTIMANICOMIAL. INEXISTÊNCIA DE TRATAMENTO ADEQUADO. PERICULOSIDADE CONCRETA DO PACIENTE. NECESSIDADE DE SEGREGAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I - A inexistência de estrutura no HCTP e de entidades no município para garantia do tratamento psiquiátrico do

Superior Tribunal de Justiça

paciente não impõem sua liberdade se resta evidenciada sua periculosidade concreta, materializada em atitudes violentas reiteradas contra seus próprios familiares.

II - Não se configura o excesso de prazo se a demora no julgamento do feito decorre justamente dos esforços do Juízo de origem na busca de uma entidade que possa fornecer o tratamento psiquiátrico adequado ao paciente.

III - Ordem denegada. Decisão unânime (fls. 29).

No presente *writ*, afirma que o laudo pericial indicou que o paciente é inimputável, recomendando tratamento ambulatorial. Todavia, assevera que o paciente se encontra internado em hospital de custódia e tratamento há mais de 3 anos e 1 mês, em razão da inexistência de unidade de tratamento psiquiátrico em meio aberto.

Pondera a existência de excesso de prazo na sua internação, bem como violação à legislação antimanicomial, considerando que a internação somente é cabível nos casos em que exista recomendação clínica para tanto, o que não se verificou na hipótese.

Destaca ofensa ao princípio da razoabilidade e indica que a prisão do paciente constitui antecipação da pena.

Pugna, em liminar e no mérito, pela inclusão do paciente em programa de alta progressiva junto ao Centro de Atenção Psicossocial.

Requer a intimação pessoal da Defensoria Pública para realização de sustentação oral.

Indeferida a liminar (fls. 41/43) e informações prestadas (fls. 49/72 e 75/82), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 86/88).

É o relatório.

Decido.

O *habeas corpus* está prejudicado.

Isso porque, dos informes trazidos pelo Juízo singular, verificou-se que em 22/10/2019, foi proferida sentença absolvendo, impropriamente, o ora paciente, aplicando medida de segurança de tratamento ambulatorial, pelo prazo mínimo de um ano com acompanhamento mensal pelo CAPS, tendo sido expedido alvará de soltura em seu favor.

Assim, constata-se a perda superveniente do objeto deste *mandamus*.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator